



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1980
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Adalberto Daros.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Quielise Crisóstomo, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (25), achando-se ausentes os Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, João Elísio, João Mansur, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Wilson Fortes e Gilberto Agibert Filho (33).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sem a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Justiça, solicitando as seguintes informações:

1) — Se o Estado do Paraná adquiriu terreno no Norte do Estado, para a construção da Penitenciária Regional;

2) — Caso a resposta seja positiva, informar o local (município), onde o mesmo se situa, bem como o nome do vendedor, o valor correspondente, condições de pagamento e a dimensão da área.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, tem como fundamento, o fato deste Deputado, na condição de representante do povo, em especial do Norte do Estado, ter interesse em saber se a Penitenciária será ou não, instalada.

As interpelações, têm nos sido freqüentes, e não temos tido elementos oficiais para respondê-los.

Eis a razão do mesmo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a

leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Congresso Nacional, nos últimos dias, com a ajuda do Partido do Governo, prorrogou os atuais mandatos de prefeitos e vereadores de todo o Brasil.

A Constituição Federal, reza, no que diz respeito à constituição das Mesas das Câmaras e do Senado, que os que as constituírem, não poderão, na mesma legislatura, serem reeleitos.

A nossa Carta do Estado, segue o mesmo caminho, dizendo em artigo, que a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná terá um mandato de dois anos, vedada a reeleição.

A nossa Constituição prevê também, que a Capital do Estado faria sua própria Lei Orgânica, o que foi feito em 1977. E a Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná, nova, que se constituiu na lei Complementar nº 02, de 18 de julho de 1973, prevê, no seu Artigo 32, o seguinte:

“A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário”.

O Artigo 33, da mesma lei, diz o seguinte:

“O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo, na mesma legislatura”.

Em nosso parco entender, o Artigo 33 da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, é visivelmente inconstitucional, porque, como disse anteriormente, a nossa Constituição prevê que a Mesa da Assembléia, e por conseguinte, seria também das Câmaras Municipais, de dois anos, vedada a reeleição.

Assim, vou citar um exemplo: uma câmara municipal, como a maioria do Estado, com nove vereadores, nos dois primeiros anos, elegem-se quatro, de acordo com a Lei Orgânica.

Nos outros dois anos, mais quatro, vedada a reeleição sempre, teríamos para os outros dois anos, somente um com condições de pertencer às mesas das câmaras municipais, em função da inconstitucionalidade grave neste artigo da Lei Orgânica.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, proponho à Assembléia Legislativa, o seguinte projeto de lei:

“PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 130/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Art. 33, da Lei Complementar nº 02, de 18 de junho de 1973, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 33 — O mandato da Mesa será de dois (02) anos”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS”

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. — (Lê):

Uma das metas maiores do Governo do Estado, desde o início da gestão Ney Braga, vem sendo facilitar o atendimento, por parte dos órgãos públicos, a todos os paranaenses.

Dentro desta premissa maior, há de se destacar a descentralização da Procuradoria Geral do Estado, que vem sendo realizada pela Secretaria da Justiça.

A partir da Lei nº 7074, de 02 de janeiro de 1979, que estabeleceu a estrutura orgânica da Procuradoria Geral do Estado, aquele órgão passou a intensificar um programa de descentralização. Um dos objetivos maiores deste programa foi possibilitar um atendimento imediato às necessidades jurídicas do Estado e a conseqüente prestação de assistência judiciária gratuita aos menos favorecidos no interior, sem importar no deslocamento de advogados da Capital.

Através da descentralização, passou-se a dar um atendimento às questões de patrimônio mais próximas onde ocorrem os litígios; possibilitou-se o encaminhamento e propositura dos executivos fiscais que até então eram efetuados nas Comarcas pelo Ministério Público; desencadeou-se o acompanhamento das ações trabalhistas propostas contra o Governo do Estado, e passou-se a executar orientação, em termos de Direito Administrativo, aos órgãos do Governo, nas respectivas jurisdições das Sub-Procuradorias.

Este programa, enfatize-se, atende a um critério de necessidade dos serviços jurídicos. Se torna bem mais em conta para o Estado, a instalação de uma sub-Procuradoria no interior do que o deslocamento permanente de advogados às diversas regiões do Estado.

A descentralização da Sub-Procuradoria Geral do Estado foi iniciada, efetivamente, a partir da instalação da Sub-Procuradoria Regional de Londrina, em 14 de março deste ano. Posteriormente, em maio, instalou-se a Sub-Procuradoria de Campo Mourão; em junho, a de Paranavaí; e em agosto, as sediadas em Cornélio Procopio e Maringá.

Ao todo, o programa de descentralização prevê o atendimento de 120 comarcas, abrangidas por quatorze municípios. Além das Sub-Procuradorias já instaladas, está previsto a extensão do programa para os Municípios de Cascavel, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória.

Ainda há de se destacar que este trabalho da Procuradoria Geral do Estado, vem sendo executado em comum acordo com o Instituto de Terras e Cartografia — ITC.

Através de um termo de cooperação, esta autarquia fornece as suas instalações e serviços de apoio para a instalação de Sub-Procuradorias nas regiões em que dispõe de escritórios."

Fica assim, e nós fazemos este registro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que a Casa tome conhecimento, efetivamente, do esforço que realizam a Secretaria da Justiça e a Procuradoria Geral do Estado, esforço em conjunto que tem, efetivamente, contribuído para se levar assistência judiciária principalmente àquelas pessoas que não contam realmente com recursos, para uma assistência desta natureza, bem como, procurar racionalizar as despesas do Estado com os constantes deslocamentos de advogados que se faziam nas comarcas do interior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário reservado.

Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabo de ter notícias de que, numa reunião de lideranças, ontem, foi decidido fechar a Casa, é o novo pacote que se aproxima.

Ontem, a prorrogação dos mandatos, anteontem, os biônicos, antes de anteontem, os governadores nomeados, agora, as Câmaras fechadas.

Venho à tribuna para, em meu nome pessoal, dizer que denunciarei à Nação inteira, o fechamento desta Assembléia na sexta-feira, porque isso só favorece aqueles que querem os

Congressos fechados.

E, portanto, apesar de eu saber que foi numa reunião de lideranças, quero colocar a minha opinião neste momento, opinião que já dei na Comissão de Constituição e Justiça, onde dignos Deputados há muito tempo estão segurando um projeto de resolução que acaba com as sessões das sextas-feiras.

Se a liderança do meu partido assim adotou essa decisão, ela foi à revelia da bancada, porque não fui consultado, e como não fui consultado, considero isso um "chuncho", mais um "chuncho" desta Assembléia. Lugar de Deputado é na Assembléia Legislativa, e não ficar procurando maneiras, procurando modos para fechar ainda mais este Poder, que não não tem poder.

Por isso, Sr. Presidente, estou contrário à solução que foi procurada ontem na Comissão de Constituição e Justiça, e neste Plenário votarei contra qualquer medida que venha ainda mais fechar este Poder, que já não tem poder.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de me solidarizar com o seu pronunciamento, e dizer que também comungo com essa sua maneira de se portar, porque fiquei surpreso também ao saber que as sessões de sexta-feira estariam para ser extintas.

Naturalmente, não poderia nunca concordar com essa decisão, porque fui eleito para aqui trabalhar, levantar a minha voz dentro do que prevê o Regimento Interno da Casa.

E, no Regimento Interno, está clara a normalidade dos trabalhos nas sextas-feiras. É claro que depende ainda, então, acredito, de uma emenda ou um projeto de lei para alterar este Regimento Interno.

Agora, não vou concordar, em hipótese alguma, e já posso adiantar o meu voto em contrário quando esta matéria chegar à discussão no Plenário.

Fico surpreso e acredito que inclusive a chamada nominal e o desconto daqueles que não a responderem, tanto no início dos trabalhos como na Ordem do Dia, é algo que não é nada de extraordinário. É algo que deveria ser realizado frequentemente, nesta Casa.

Entendo que, no horário da Sessão, o Parlamentar deve estar presente para cumprir com sua obrigação.

É claro que é um pensamento também, como Vossa Excelência falou, puramente pessoal. Mas estou de acordo com tudo aquilo que Vossa Excelência falou dessa tribuna, e fico perplexo em saber desta decisão, embora não concorde com ela.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e volto a afirmar. Não podemos permitir que os Parlamentos, que já estão fechados pela própria falta de poder, o sejam, pelos seus próprios Parlamentares.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de aduzir, tão somente, ilustre Deputado, que me parece ser uma mera proposta em andamento, E, é lógico, merece de todos nós análise e um posicionamento, mas entendemos que esse assunto deverá ser levado e tratado nas respectivas bancadas, bem como o projeto de resolução objetivando alteração do nosso Regimento Interno, onde teremos, inclusive, condições de analisar e pautar a questão.

Mas, o que eu nesse instante pretendo acrescer à sua posição, que me parece clara, já é de que neste instante em que realmente o Parlamento, desacreditado, desprestigiado, em se tomando uma posição como a pretendida, é claro que desmoralizaria ainda mais.

Mas, o que me preocupa como homem de oposição, que a ausência inclusive de uma sessão de sexta-feira a alguém interessa, mas não interessa à Oposição, porque nós precisamos entender, Deputado, a clara evidência dos fatos de que a discussão não se faz no Parlamento por parte da bancada da maioria, por parte dos governistas. Aqui se faz o processo do

voto. Na hora que tem alguma coisa a votar nesta Casa, que é importante para o Executivo, porque aqui estão para servir o Executivo, aí o rolo compressor comparece em maioria esmagadora.

Mas não se faz aqui o poder de convencimento que é exatamente o grande segredo que faz com que os Parlamentos consigam crescer e evoluir no mundo. Que exatamente o debate é que gera o convencimento do voto do Parlamentar. E neste País, e nesta Assembléia, o voto se faz atendendo a santas vontades. E aí dispensa-se o segredo também da política que é a troca de idéias, o debate, a força da palavra. Não exercitamos isso aqui, porque o procedimento nesta Casa, como no Congresso Nacional é um procedimento até certo ponto mesquinho em relação ao povo brasileiro, porque não se discute, não há o grande debate; faz-se sim a votação, porque na hora de votar, os tímpanos são acionados pelas campainhas e daí o corre-corre dos gabinetes que estão atendendo a política eleitoral clientelista, oportunista, surge no plenário de qualquer Assembléia, de qualquer Congresso.

Além do mais, parece-me que é hora de nós, da Oposição, termos realmente a disciplina, começarmos o exemplo em casa e mudarmos um pouco esta situação. Por isto, Deputado, me parece não digo precipitada, mas até certo ponto precisamos melhor analisar, porque já está em torno de uma proposta que deveremos tê-la nas comissões respectivas da Casa e mais do que isto, em votação aqui.

Mas também me posiciono contra, já que o assunto foi trazido à Casa nesta sexta-feira nebulosa, como tantas outras em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — O Brasil vive de fatos consumados, tivesse a Oposição sido mais rigorosa há dois anos atrás, quando o famigerado Mário Henrique Simonsen dizia que não poderiam ser realizadas eleições em 1980, em função da crise econômica, e a partir daí inclusive se inventou a Reforma Partidária, para dar o pretexto, se tivéssemos sido mais rigorosos, provavelmente em novembro teríamos eleições.

Só o fato, Srs. Deputados, de uma proposta indecorosa como esta, porque está na folha de pagamento de cada um de nós que participamos de trinta sessões, quando tem meses que nem trinta dias têm, só este fato torna esta proposta indigna. Há que se acabar neste País com os fatos consumados. Sou um dos Deputados que nunca fez pedido de chamada nominal, porque acredito que isto é da responsabilidade de cada Deputado.

Ontem corri o risco de perder o meu jeton, para comparecer na Universidade do Paraná, participar de um debate com estudantes e professores; porque achava que lá a minha presença era mais importante do que aqui.

Devo ser castigado aqui, por não ter vindo. Nunca fiz pedido de chamada nominal, porque acho que é de foro íntimo o problema do cidadão cumprir com sua obrigação. Agora, querer tolher o direito que tem os Deputados de aparecerem aqui na sexta-feira, para talvez debater assunto importante do momento, acontecido no dia, francamente, isto desmerece a Assembléia Legislativa do Paraná, desmerece os Srs. Deputados, e não haveria de ter sido nem acolhida, como proposta, porque ela é, antes de mais nada, desavergonhada.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, aí não é questão de posição da Situação ou da Oposição. É uma posição pessoal, é uma proposta, Vossa Excelência bem sabe a minha posição contrária também. Já disse isso na Comissão de Constituição e Justiça, que com a suspensão da sessão de sexta-feira, não demora muito haver um requerimento mudando a de quinta para funcionar na parte da manhã. Sou contrário à suspensão da sexta-

-feira, mas está numa fase de proposta, votarei contrário à suspensão e cabe a decisão depois à maioria. Mas a minha posição também é contrária e cumprimento Vossa Excelência. O SR. DENI SCHWARTZ — Quero voltar a dizer, nesta oportunidade, o que afirmei anteriormente na Comissão de Constituição e Justiça, esta proposta já foi por diversas vezes discutida e por diversas vezes, rejeitada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) O PTB, tendo declinado do seu horário, concedo a palavra ao Deputado Antônio Facci, no horário reservado à Liderança do PDS. O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste horário, e fá-lo-ei rapidamente, para que o Deputado Basílio Zanusso possa utilizar o tempo restante, para fazer o registro, nesta Casa, da primeira carta avícola do Paraná, fruto de uma exaustiva reunião em que participaram os dirigentes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná; a Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense, Micro-Região 9, Prefeitura Municipal de Maringá; Sociedade Rural de Maringá; Sindicato Rural de Maringá; Associação Paranaense de Avicultura, Associação Paranaense dos Estudantes de Zootécnica, Agência Regional da APAVI.

Diz a Carta dos Avicultores Paranaenses. (Lê):

"Após estudar cuidadosamente a atual conjuntura avícola nacional, avicultores paranaenses - através de sua Associação, representantes regionais da APAVI, técnicos, representantes da Secretaria da Agricultura, empresas ligadas ao setor, autoridades e prefeitos da Micro-Região 9 - certos de que Vossa Excelência é sensível aos problemas que estão a afligir a classe, e desejando dar prosseguimento às relações construtivas existentes entre o Executivo Federal e as classes produtoras, deliberaram comparecer à sua presença para expor e solicitar o seguinte:

1. — O Diretor da Secretaria da Agricultura do Paraná, Eugênio Stephanello, recentemente declarou, em nota oficial, que deverá faltar carne de frango no mercado estadual devido à crise da avicultura paranaense. Um dos aspectos a considerar, na importância do setor granjeiro na economia do Estado e da Nação, é que o Paraná produz 70 milhões de aves anualmente, abatendo 35 milhões de cabeças. Das 120 mil toneladas produzidas no Paraná, seis mil foram exportadas para outros países, a US\$1.800 por tonelada, rendendo mais de 10 milhões de dólares para a economia estadual.

2. — Conquanto a participação na pauta das exportações brasileiras, relativas à avicultura, ainda não seja a ideal, devido a falta de estímulos e circunstâncias adversas que têm conturbado o mercado interno, nenhum setor de produção animal, no Brasil, tem apresentado nos últimos anos, desenvolvimento semelhante ao que se verifica na avicultura, que substitui a carne bovina, que vem sofrendo constantes altas. A manutenção e o desenvolvimento da avicultura é de interesse nacional, tendo em vista a escassez de alimentos protéicos para o homem e as condições sócio-econômicas da população, cujo poder aquisitivo, muito baixo, não permite a inclusão da carne de boi na sua alimentação. Se o Governo entender e exigir uma resposta de produtividade no setor, mediante um gesto de reciprocidade a curto e médio prazo, a avicultura em muito contribuirá para o aumento da nossa receita cambial.

3. — É prevista uma substancial redução da carne de frango no mercado estadual, decorrente principalmente, da falta de preços remuneradores e rebaixamento dos níveis de trato, em decorrência do alto custo dos insumos, especialmente o milho e as rações. "De janeiro a julho, uma saca de milho passou de Cr\$ 180,00 para Cr\$ 400,00, e os medicamentos e rações subiram em mais de cem por cento. Enquanto isso, nesse mesmo período, o preço do frango, que custava entre Cr\$ 23,00 o quilo, e Cr\$ 25,00, hoje está entre 30 e 32 cruzeiros". E o preço

de custo, a nível de produtor, é da ordem de Cr\$ 40,00 o quilo. Considerando que o avicultor não tem outras opções economicamente mais interessantes, não temos dúvida em afirmar que a solução imediata é o abandono de suas atividades, através da suspensão das futuras programações e os recebimentos de pintos de um dia dos incubatórios (cerca de 1,4 milhão por semana). A verdade é que já se prenuncia uma incapacidade para suprir a demanda da carne de frango, mesmo que a suspensão de programação atinja apenas um percentual da produção total.

4. — Se por um lado o Governo já aprovou a inclusão, na pauta da Política de Preços mínimos, do frango de corte, conforme Decreto número 84.387, de 10 de janeiro de 1980, cujos preços vieram defasados, por outro lado não houve a correção bimestral prometida, tendo como base a evolução dos custos de arração, conforme critérios elaborados pela CPF, mediante proposta fundamentada em circunstâncias especiais de produção e comercialização, ao Ministério da Agricultura. Nestes últimos meses, a falta de preços para avicultura do Paraná e do País, de um modo geral, vem gerando desânimos entre os empresários. É preciso que o Governo incentive e estimule a continuidade de setor avícola em defesa dos interesses da Nação, através de medidas que restabeleçam confiança na política econômica do Governo.

5. — Conforme amplamente divulgado nos órgãos de comunicação do País, a Associação Paranaense de Avicultura, vem alertando o Governo para que adote providências a fim de se evitar o agravamento da crise da avicultura paranaense, que poderá determinar a incineração ou afogamento de milhares de pintainhos, no que é totalmente contrária. Fatalmente, se o Governo não tomar providências, ocorrerá, este ano, o mesmo que aconteceu há dois anos: a desesperada atitude de alguns produtores, que afogaram milhares de pintainhos, nos rios.

6. — A Associação Paranaense de Avicultura, pelo trabalho que vem realizando em todas as frentes, no sentido de aumentar substancialmente a produção de ovos e frangos para corte, está a merecer a consideração de nossas autoridades, mormente agora que o Brasil vem sensibilizando novos compradores internacionais. Sem dúvida, o Paraná tem condições de liberar a produção de carne de frango e ovos, pois na prática isso já vem sendo demonstrado, necessitando, portanto, do apoio indispensável do Governo.

7. — Face o exposto, o empresariado da avicultura paranaense está convencido de que o Governo adotará providências capazes de transmitir aos avicultores o estímulo necessário e, ao mesmo tempo, que sejam traduzidas em medidas de efetivo alcance e condizentes com a realidade presente.

Dentre as providências que solicitamos, e que por certo serão adotadas pelo Governo, permitimo-nos indicar as principais:

a) Que sejam anunciados, IMEDIATAMENTE, os novos preços para o frango vivo, na base de Cr\$ 45,00 o quilo, a nível de produtor;

b) Idem para o frango abatido/embalado, a nível de abatedouro, na ordem de Cr\$ 68,00 a Cr\$ 70,00 o quilo, o que possibilitará o Setor Terciário (supermercados e afins), a vender ao consumidor final, o quilo na base de Cr\$ 73,00 a Cr\$..75,00, o quilo;

c) Apoio financeiro para a implantação de pequenos abatedouros e industrialização avícola, incluindo as cooperativas com plano especial de financiamento com prazo e juros compatíveis com a rentabilidade do investimento;

d) Que seja criado um Centro Nacional de Pesquisa Avícola em Maringá (Polo Geo-Econômico de importância e grande centro produtor de aves, ovos e suínos do País, onde predominam as pequenas propriedades);

e) Que seja criado um Centro Nacional de Pesquisa de Milho em Maringá (o Paraná é detentor do record nacional

de Produção de Milho e Maringá, o de maior polo comercializador de cereais do País);

f) Que sejam criados armazéns frigoríficos para estocagem de carnes, propriedade da CIBRAZEM ou COBAL, em regiões estratégicas, para a formação de estoques reguladores de carne de frango e suíno;

g) Como a tendência é o Paraná se transformar em importante centro exportador de carnes, torna-se indispensável a adaptação do Porto de Paranaguá, inclusive com a construção de armazéns frigoríficos;

h) Maior fiscalização de preços de comercialização, intermediária e final;

i) Fiscalização de preços de comercialização, de todos os insumos básicos avícolas;

j) Que sejam feitos estoques reguladores de milho importado nos principais municípios do interior;

k) Liberação de 500 mil sacas de milho para o consumo da avicultura, pequenos animais, moageiros e outros segmentos;

l) Que essa liberação de milho seja feita através da APAVI e demais associações nos centros produtores, e não pela Bolsa de Cereais de São Paulo, o que torna impraticável a aquisição por parte de pequenos e médios granjeiros, que não têm condições de acesso àquela organismo;

m) Que sejam feitos estoques reguladores de milho importado nos principais municípios do interior;

n) Criação de uma linha de crédito especial, a juros razoáveis para os pequenos empresários poderem adquirir o milho nas quantidades que possam suprir suas necessidades.

Esta Carta Avícola é um instrumento pioneiro na história da Avicultura Paranaense, e constitui-se na afirmação e no apoio das lideranças políticas, técnicas e produtivas e do estudantado, ao ingente esforço encetado pela Associação Paranaense de Avicultura e oferecida em forma de contribuição aos homens e órgãos do Governo Federal, objetivando amparar e desenvolver o Parque Avícola Paranaense.

Confiantes na clarividência e no patriótico espírito de Vossa Excelência, o empresariado avícola e rural, sua entidade representativa, prefeitos de 27 municípios da Micro-Região 9 de Maringá, técnicos, líderes rurais e estudantes, seguros de serem atendidos nas suas reivindicações, através desta expressam a Vossa Excelência o penhor de sua admiração e respeito.

Esta carta foi endereçada ao Ministro da Agricultura, Dr. Amaury Stábile, e ao qual damos apoio, e a lemos hoje para fazer o seu registro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 34/78, que declara de utilidade pública o "Patrimônio Recreativo, Esportivo e Social de Palmitópolis", com sede no Município de Nova Aurora. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 34/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o PATRIMÔNIO RECREATIVO, ESPORTIVO E SOCIAL DE PALMI-

TÓPOLIS, com sede e foro no Município de Nova Aurora.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 27/79, que denomina "Dr. Moacir Camargo Martins", o Instituto Médico Legal de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 27/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado DR. MOACIR CAMARGO MARTINS, o edifício-sede da 10ª Subdivisão Policial de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 28/80, que declara de utilidade pública o "Asilo São Francisco de Assis", com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 28/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 61/80, que declara de utilidade pública o "Templo Espiritualista Estrela do Oriente", com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 61/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA ESTRELA DO ORIENTE, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Soam os tímpanos)

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada 25 Srs. Deputados. Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Gostaria de solicitar da Mesa, através da assessoria, um "xerox" dessa chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere o pedido de Vossa Excelência.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 63/80, que declara de utilidade pública a "Tenda Espírita Pai João D'Angola de Aruanda", com sede e foro na cidade de Curitiba. —

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 63/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a TENDA ESPÍRITA PAI JOÃO D'ANGOLA DE ARUANDA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 66/80, que declara de utilidade pública a "Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão — SATC", com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 66/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO — SATC, com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 67/80, que cria no Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, o Distrito Administrativo de SANTA ESMERALDA, com divisas que especifica. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 67/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de SANTA ESMERALDA, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas seguintes:

— começa na estrada NA-507, denominada Estrada do Cruzeiro, no Bairro Espírito Santo, no Município de Santa Cruz de Monte Castelo, que tem seu início na estrada NA-102, que liga a sede do município ao Porto Herculândia, seguindo pela estrada NA-507, até o Ribeirão Tamanduetê; seguindo a jusante no Ribeirão Tamanduetê, pela margem direita até a sua foz no Rio Ivaí, seguindo também a jusante do Rio Ivaí pela margem direita até encontrar a foz do Ribeirão Água Funda; seguindo a montante do Ribeirão Água Funda pela margem esquerda até encontrar a divisa dos lotes 133 e 132; seguindo pela divisa dos lotes 133 e 132 em linha reta e seca rumo NW 76º13' até encontrar a estrada NA-102 e seguindo por esta até o ponto de partida da estrada NA-507, início da estrada denominada Cruzeiro.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 70/80, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Allan Kardec", com sede e foro na Cidade de Ubatã. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 70/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro na cidade de Ubatatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 94/80, (Mens. Govern. nº 43/80), que revoga os dispositivos das Leis nºs 7074, de 02 de janeiro de 1979, e 7122, de 26 de abril de 1979. (Que proíbem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício da atividade de natureza particular). —

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 94/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam revogados o parágrafo único do Art. 24, da Lei nº 7074, de 02 de janeiro de 1979, e o parágrafo único do Art. 3.º, da Lei nº 7122, de 26 de abril de 1979, este último na parte que proíbe o exercício de qualquer atividade de natureza particular aos integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
Tadeu Lúcio Machado, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 26/80, que visa disciplinar Artigo do Regimento Interno, proibindo o porte de arma de qualquer espécie nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — O artigo 119 do Regimento Interno, passa a vigorar com o seguinte § 5.º:

"Art. 119 —

§ 5.º — Fica proibido o porte de arma de qualquer espécie no recinto do plenário".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 38/80, que aprova as contas do Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1976. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Artigo único — São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral, referente ao exercício financeiro de 1976.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

S.R. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Feder-

mann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão de Deputados para representar esta Casa nas solenidades alusivas ao aniversário de emancipação política de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa designa o Sr. Deputado autor do requerimento e os Srs. Deputados Cyro Martins e Lineu Turra, para comporem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela III Reunião de Confraternização da Família Abujamra e I Reunião Mundial de Confraternização, que será realizada em São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de dotar o trajeto de Maringá - Curitiba, de maior número de ônibus, principalmente nos finais de semana.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo estudos para implantação dos Cursos de Administração com Habilitação em Empresa, Comércio Exterior, Hospitalar, Ciências Contábeis e Direito, na cidade de Paranaguá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INPS, no Paraná, em forma de apelo, no sentido de o referido órgão autorize as representações do ex-FUNRURAL dos Municípios de Itapejara do Oeste e Verê, a execução de serviços para o atendimento dos trabalhadores urbanos daqueles municípios. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de informar sobre um rol de questões para esclarecimento da Casa, referente à conservação do trecho rodoviário entre a BR-277 — 376. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a responsabilidade da manutenção da estrada que liga a cidade de Prudentópolis com o Distrito de Jaciaba, passe para a responsabilidade do DER. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Geral do DNER, encarecendo providências quanto ao estado precário da Rodovia do Café. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e louvor pela passagem do "Dia da Imprensa". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia da Imprensa", à Associação Brasileira de Imprensa, à Associação dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Solicita ainda, voto de aplausos ao Comitê de Imprensa desta Casa, pelo trabalho que realiza, fazendo ressoar na comunidade paranaense as atividades deste Poder. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Justiça, consubstanciado em pedido de infor-

mações, sobre a aquisição de terreno por parte do Estado, no Norte do Paraná, para a construção da Penitenciária Regional — Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos aos policiais civis Jair Martines e Guido Neodi de Andrade, pela eficiência, dedicação e coragem na prisão de um ladrão de automóveis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos, através do DER, visando o asfaltamento do trecho que compreende a interligação do Distrito de São Martinho, pertencente ao Município de Rolândia. — **Encerrada a a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Ministro do Planejamento, encarecendo imediata revisão da decisão de realizar cortes de verbas do PRODO-PAR, em 200 milhões de cruzeiros. — Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de reequipar o Batalhão de Polícia Militar do Município de Paranaguá. — Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando xerox do comparecimento dos Srs. Deputados, das sessões diárias realizadas por esta Assembléia Legislativa. — Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, eu só gostaria de me solidarizar com este requerimento.

Estou plenamente de acordo; acredito na boa intenção do Deputado Daros, de fazer uma verificação também nas presenças, porque, racabo de receber aqui o xerox da Sessão Ordinária de Hoje, Chamada da Ordem do Dia.

E quero cumprimentar também, então à assessoria da Mesa, pela rápida prestação de serviços que faz a este Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 63, 66, 67, 70 e 94/80, e de Resolução n.ºs 26 e 38/80.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 41, 42, 43 e 46/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44 e 45/80.
Levanta-se a Sessão.